



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

### ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO REALIZADA NO DIA 9 DE FEVEREIRO DE 2024 -----

Aos nove do mês de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, pelas dezoito horas, reuniu-se no Edifício da Assembleia Municipal de Mondim de Basto o órgão deliberativo deste Município. -----

#### **PRESENCAS:** -----

A deputada municipal Eva Maria Ramos Fernandes dos Anjos, impossibilitada de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18º, nº1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por Ana Patrícia Teixeira da Silva. -----

À exceção do senhor Vice-Presidente, José Carlos Amorim Carvalho, que foi substituído pelo senhor Vereador Francisco Ramos, encontravam-se presentes nesta sessão todos os elementos que nos termos do art.º 48º da Lei 169/99 de 18 de setembro com a redação que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002 de 11 janeiro, se impunha a obrigatoriedade ou dever de presença. -----

#### **ABERTURA DA REUNIÃO** -----

Pelas dezoito horas e dez minutos o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, **Humberto da Costa Cerqueira**, declarou aberta a presente reunião, transmitida em direto, dando início à ordem de trabalhos. -----

#### **1-Ordem do dia** -----

##### **1.1- Assuntos gerais de interesse para o Município** -----

A deputada municipal **Ana Patrícia Tapado Alves** usou da palavra para, em primeiro lugar, se dirigir ao senhor Presidente da Assembleia Municipal dizendo que continuam em falta alguns documentos, alguns deles solicitados na assembleia municipal de 30 de junho de 2023, sendo que outros foram entregues parcialmente, sendo que entretanto foi solicitada a devida correção. O que importa aqui destacar é que não está a ser cumprido o estipulado na legislação que impõe como obrigação do Executivo, e passou a citar, «responder em tempo útil e de modo a permitir a sua apreciação na sessão seguinte da Assembleia Municipal aos pedidos de informação apresentados por esta». Não é possível condescender mais com esta situação: já vamos na quarta reunião da Assembleia após o pedido, em todas as reuniões é reforçado este pedido e nada nos foi entregue. Há um claro desrespeito por parte do Executivo para com este órgão, e o senhor Presidente da Assembleia não o pode permitir.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Passou um ano desde o compromisso assinado pelos vários partidos relativo ao apoio extraordinário de todas as crianças nascidas antes de 1 de janeiro de 2022, com menos de três anos de idade. Competia ao Executivo criar as condições para a concretização das medidas: um ano não foi suficiente. As famílias a quem se destina este apoio não podem ser prejudicadas por este atraso. Recordou que o acordo assinado justificava a medida com os seguintes argumentos que passou a citar: «Todos os partidos subscritores do presente acordo reconhecem que os anos de 2023 e 2024 revelarão necessidades e carências excecionais para todas as famílias, independentemente dos estratos sociais». O ano de 2023 passou sem que respondêssemos a estas necessidades. Acresce o seguinte e serve o que leu a seguir para desmentir o que aqui foi dito pelo senhor Presidente na última Assembleia de que a proposta para este apoio extraordinário partiu do Executivo: «Todos os partidos, movimentos, subscritores, com representação em sede de Assembleia Municipal se obrigam a votar favorável a deliberação de aprovação do regulamento de incentivo à natalidade. Aprovado o regulamento de incentivo à natalidade, o Partido Social Democrata, pelo qual foram eleitos Presidente, Vice-Presidente e Vereadora, que constitui o Executivo Municipal, obriga-se a diligenciar pela elaboração e aprovação do regulamento municipal para atribuição de um apoio pecuniário no valor anual de trezentos euros, pontual e extraordinário, para os anos de 2023 e 2024 a todas as crianças residentes no concelho de Mondim de Basto com o respetivo agregado familiar na data de concessão do apoio que não tenham completado três anos de idade até 31 de dezembro de 2021 inclusive». Está claro que esta proposta resulta de uma negociação que obriga o Executivo a apresentar esta medida em 2023 e 2024. Não foi de livre vontade ou por iniciativa própria que o fez mas o que importa realçar é a necessidade de se fazer cumprir o acordo e criar as condições para que o valor seja totalmente entregue este ano. Se para os outros partidos que assinaram este memorando não cumprir é irrelevante para o Partido Socialista é imperativo que o valor seja totalmente entregue em 2024. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão de Mondim, **João Carlos Sousa Ferreira Marques**, usou da palavra para dizer que, após décadas de abandono, o atual Executivo Municipal foi capaz de dar uma resposta eficaz e atrativa à situação decadente em que se encontra o edifício S. Tiago, mais conhecido como Hotel das Rãs. Foi no passado dia 5 de fevereiro lançado o concurso público de execução do projeto. Trata-se de um investimento estimado em 2.280.000 Euros, um investimento que para além de promover a inclusão social e territorial de pessoas e agregados familiares, com a reabilitação de dezoito



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

fogos destinados a dar resposta a situações habitacionais na modalidade de arrendamento acessível, irá resolver também um problema urbanístico já antigo da freguesia de São Cristóvão de Mondim de Basto. Dito isto, felicitou o Executivo Municipal pelo trabalho que tem vindo a desenvolver na perspetiva de que, num futuro muito próximo, outros investimentos, com a mesma envergadura, possam ser captados e assim contribuir para o desenvolvimento da sua freguesia e do concelho que tanto desejam. -----

O deputado municipal **Fernando Avelino Oliveira Silva** iniciou a sua intervenção para dizer que, face ao sucedido na sessão anterior no que concerne à contratação de um empréstimo a longo prazo para a reabilitação da estação de tratamento de Suídos, que proporcionou um longo e acalorado debate sobre se esta mesma Eta deveria ser reabilitada, se servia nos moldes previstos, se já não servia, e neste caso se a solução poderia passar pela devolução do dinheiro dos fundos comunitários, verifica que o assunto em causa não é mencionado na ordem de trabalhos. Contudo, face ao inusitado da proposta perante a abstenção total que gerou a mesma, questionou: qual é o ponto de situação? Sempre irão avançar com uma auditoria e só depois das conclusões que daí resultarem é que vão avançar com a reabilitação deste equipamento? Ou o assunto puramente morreu? Relativamente a outras questões, questionou como está o processo da passagem do gás que se encontra encravada junto ao rio Cabril. No seguimento das infraestruturas executadas por que razão a rede de saneamento de Montenadouro, Montão e Pedravedra não se encontra ainda em funcionamento. Será que a empreitada ainda não está concluída? Para terminar, referiu que é público que foi entregue uma petição para que seja feita uma homenagem ao ex-Presidente da Câmara de Mondim de Basto, o senhor Fernando Pinto Moura. Gostaria de saber se a Câmara já tomou essa decisão relativamente ao assunto e, em caso de querer dar seguimento nesse sentido, o que pensa fazer. -----

A deputada municipal **Anabela Martins Teixeira Peneda** usou da palavra para dar os parabéns a todo o Executivo Municipal pela iniciativa Colmeia de Natal, um evento de grande sucesso que teve o mérito de colaborar com algumas associações sociais do concelho, ajudando-as na sua atividade diária e sobretudo a promover de modo extraordinário o concelho, como facilmente se pode comprovar pelas muitas pessoas que nos visitaram e dessa forma contribuíram também para dinamizar a nossa economia local que tanto precisa. Parabenizou ainda o Executivo Municipal pela implementação da medida de apoio aos transportes de todos os estudantes universitários. Trata-se de uma medida extraordinária de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

apoio às família mondinenses dado que é muito importante pois faz com que os nossos jovens nunca percam o vínculo à sua terra e assim possam manter os laços que os prenda a Mondim e, quem sabe, possam ficar por cá e dessa forma combater também o envelhecimento da nossa população. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Atei, **Joaquim Agostinho da Mota Pereira**, usou da palavra para dizer que gostaria de perguntar ao senhor Presidente se já tem uma data para colocar em funcionamento o saneamento em Atei. Perguntou também se há algum desenvolvimento sobre a chegada da fibra a vários locais da freguesia de Atei. É uma necessidade urgente pois os serviços de internet existentes na maior parte da freguesia são muito fracos, as pessoas pagam e não ficam servidas, há muitas pessoas que trabalham em teletrabalho e gostariam de poder ficar nas suas casas em Atei mas não o podem fazer porque os serviços simplesmente não funcionam. Na última reunião, em relação à sua intervenção sobre a delegação de competências, o senhor Presidente mencionou que até ao final do ano deveríamos reunir para perceber o que correu bem e menos bem e o que pode ser melhorado. Até hoje está à espera dessa reunião. Também continua à espera, por escrito, do chumbo da sua proposta das transferências de competências, pois já vamos a meio de fevereiro e as ervas não esperam e continuam sempre a crescer. Tem verificado que os serviços da proteção civil já andam a limpar as valetas de algumas freguesias, como por exemplo Vilar de Ferreiros e São Cristóvão de Mondim, pelo que perguntou se a Câmara já efetuou algum contrato, alguma reunião, com os presidente de junta dessas freguesias sobre esse assunto. Se isso aconteceu porque não foi também convocado? Em relação ao Hotel das Rãs deu os parabéns mas espera que os habitantes de Atei que precisam de habitação não venham para esse hotel mas sim que seja feito um também em Atei. -----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que queria deixar duas notas. Recentemente uma das publicações do município chamou-lhe a atenção e não pelos melhores motivos. Apesar de ser completamente favorável à atribuição e aplicação de medidas sociais para as pessoas mais desfavorecidas do nosso concelho, referindo-se ao apoio à compra de medicamentos, referiu que considera lamentável e uma má prática publicar fotos de pessoas que vão usufruir desse mesmo apoio. Essa ações devem ser, na sua opinião, discretas e não como foram. Para além deste aspeto ético levantam-se também as questões legais, nomeadamente o cumprimento com a Lei da Proteção de Dados que não sabem se está a ser acautelada. O mesmo sucede com as fotografias das crianças em



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

atividades esporádicas da autarquia. Em primeiro lugar colocaria o cuidado e o bom senso que estas questões exigem. Para quê expor uma criança desnecessariamente mesmo que exista uma autorização. Por outro lado, colocaria a questão legal: tem a autarquia autorização legal para expor pessoas, idosos, adultos ou crianças no âmbito das diferentes atividades que promove? Outra questão tem que ver com o transporte para os alunos do ensino superior e queria deixar só aqui a pergunta se, uma vez que já pagam os bilhetes aos alunos, vão continuar a manter o transporte para não haver aquela questão da duplicação. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Humberto da Costa Cerqueira**, usou da palavra para dizer que acompanhava a deputada Ana Patrícia no reparo que fez à Mesa e que é correto do ponto de vista legal. Naturalmente que a Assembleia tem uma função fiscalizadora do Executivo (é o que está, são as regras) e portanto não é possível fiscalizar o Executivo se os membros da Assembleia não tiverem essa informação. Acrescentou que pedia com veemência que o Executivo fizesse chegar essa informação. Caso contrário, naturalmente que a Mesa terá que acionar os meios legais no sentido de obrigar o Executivo a fazer chegar essa informação. Acha que não será certamente necessário chegar a esse ponto, prevalecerá o bom senso. Portanto o Executivo deverá entregar essa informação em tempo útil, quer a informação que está em atraso, quer para a frente, e posteriormente a informação que for solicitada. É assim que deve ser e temos que ter esse bom hábito que temos que manter. Pediu que a informação em falta fosse entregue antes da próxima Assembleia Municipal, caso contrário terá que comunicar então às autoridades. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dizer que iria procurar responder a todas as questões que lhe foram colocadas. Em primeiro lugar, e para responder ao deputado Carlos Macedo relativamente ao apoio aos medicamentos, presume que esteja de acordo com o apoio sendo que o que pôs em causa foi a forma como terá sido exposto. Referiu que ficava aqui a nota de que reconheceu o apoio que é dado a pessoas que, por menor capacidade financeira, poderão ter este apoio do município para a aquisição de medicamentos, um apoio certamente importante para todas as pessoas que beneficiaram dele. Relativamente às fotografias da escola, referiu que o senhor deputado trabalha numa escola e sabe perfeitamente que os encarregados de educação têm que assinar uma autorização para que os alunos possam efetivamente integrar aquelas atividades e a exposição natural que existe nas suas atividades, pelo que não percebeu a questão que colocou. Relativamente aos alunos do ensino superior, referiu que de facto o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Executivo tem dado o apoio na bilhética aos estudantes que estudam em locais onde as rotas não chegavam e, portanto, irá continuar-se com as rotas e com este apoio complementar aos estudantes que não podem integrar as rotas. Para responder ao senhor Presidente da Junta da Freguesia de Atei, esclareceu que, relativamente ao saneamento, as obras ainda não estão concluídas e que a entrega irá carecer depois de um regulamento próprio. Portanto, só aí é que poderemos também ter uma noção exata de quando é que se possa dar início à entrega. Relativamente à fibra ótica, referiu que já reuniram com uma empresa que foi responsável pelo investimento da fibra ótica no concelho e que lhes foi dito que, a curto prazo, iriam fazer um esforço para que a cobertura chegue efetivamente a todo o concelho. Referiu que receberam o abaixo-assinado, presumindo que tenha sido incentivado pela Junta de Freguesia com os seus habitantes, e que o mesmo foi entregue à empresa para refutar que, efetivamente, existem pessoas com vontade para poderem usufruir desse serviço. Relativamente à delegação de competências, referiu que tinha assumido que até ao final do ano haveria a reunião tendo já solicitado aos serviços para o fazer pelo que irá verificar o que é que está em falta. Sobre a afirmação de que já houve trabalhos desenvolvidos em outras freguesias, deu nota que não houve nenhuma discriminação nem nenhum tratamento diferente. O que o senhor Presidente da Junta acabou de referir foram freguesias em que o município até assumiu a limpeza, efetivamente não conseguiu limpar tudo no ano de 2023 e, inclusive, o município esteve a ajudar a Junta de Freguesia do Bilhó na limpeza da sua freguesia, independentemente da transferência ter sido feita para a freguesia, mas efetivamente houve uma parte da limpeza que não conseguiram fazer e o município, independentemente de não ser o responsável por essa limpeza, assumiu que era importante. Realçou que não houve aqui qualquer tipo de discriminação, nem positiva nem negativa. Relativamente à intervenção da deputada Anabela Peneda que referiu aqui a importância do evento da Colmeia de Natal, considera que foi realmente importante a dinamização que o evento criou, não só no comércio local, mas também na promoção do concelho, uma atividade que teve o cuidado também de envolver as associações. Recordou que a árvore de Natal este ano foi construída com o envolvimento das IPSS's e da própria comunidade escolar, na preparação e no desenho da árvore de Natal, e também que se realizou um conjunto de iniciativas abertas a toda a comunidade, além de, obviamente, todo o parque temático que ficou disponível para que os Mondinenses pudessem usufruir. Portanto, foi um investimento do município e cre que esse investimento está à vista, que teve o seu resultado. Referiu o apoio aos estudantes,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

realçando a importância que esse apoio tem: são mais de 110 alunos de Mondim de Basto que têm possibilidade, de forma gratuita, de irem regularmente ao concelho e a casa e poderem também partilhar com a sua família todos os fins-de-semana, se assim o entenderem. Para responder ao senhor deputado Fernando Silva relativamente à homenagem referida, esclareceu que o Executivo recebeu uma Comissão que pretendia efetivamente que essa homenagem fosse feita e que acolheu com muito agrado a iniciativa e desde logo mostrou disponibilidade para se associar à iniciativa, tendo sido, inclusive, proposto uma data para a sua concretização que está a ser avaliada mas que muito provavelmente irá de acordo com aquilo que foi a sugestão feita pelas pessoas representativas também desta Comissão. Crê que terão todas as condições para irem ao encontro daquilo que foi a vontade de centenas de pessoas que manifestaram, através da sua assinatura, essa vontade e essa disponibilidade. Relativamente à passagem do gás, referiu que não tinha nenhuma novidade relativamente àquilo que lhe transmitiu na última reunião. Acrescentou que a Câmara tem vindo a reunir com a empresa para estudar a solução provisória para a passagem, e esperam rapidamente poder chegar a um consenso para que ela se possa concretizar. Voltou a referir que, nessa primeira fase, será sempre uma solução provisória que permita às pessoas terem acesso a esse serviço. Relativamente ao ponto de situação do assunto que foi altamente discutido na reunião anterior, referiu que a Assembleia Municipal tomou uma decisão e que as decisões da Assembleia Municipal são soberanas. Há umas com as quais concorda mais, outras não concorda tanto, mas não deixam de ser soberanas. E a decisão que a Assembleia tomou foi efetivamente que a proposta não passasse, com abstenções e três votos contra. Referiu que já tinha assumido que iriam proceder a uma auditoria, estando já a verificar qual o melhor processo para realizar e espera, acima de tudo, que possa promover o esclarecimento. Crê que essa será uma obrigação de todos, que haja um esclarecimento cabal, até pelo decorrer da reunião, que foi longa, foi notório que havia dúvidas naquilo que era até a opinião das pessoas e, portanto, espera que ela possa permitir que haja, pelo menos, esse esclarecimento. Relativamente a senhora deputada Ana Patrícia que referiu aqui a questão da necessidade de entrega dos documentos, esclareceu que têm vindo a sair alguns documentos mas que de facto não estarão a ser entregue todos, confirmando a sua solicitação. Relativamente ao Apoio Complementar à Natalidade esclareceu que todo o processo foi decorrido em reunião de Câmara e Assembleia Municipal e, portanto, imperativo será



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

seguirem com aquilo que está no Regulamento e, efetivamente, o que está no Regulamento é que este ano será entregue uma tranche e no ano seguinte outra tranche. -----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que, como referiu na sua intervenção, era completamente favorável ao apoio à compra dos medicamentos, aliás acha que é uma medida que até já vem do Executivo anterior pelo que está completamente à vontade com isso. A sua questão prende-se com a necessidade de estarem a publicar a fotografia das pessoas que estão a usufruir desse apoio e é com isso que não concorda. Quanto à questão das fotografias, esclareceu que não falou dos alunos da escola, falou de crianças. Acrescentou que nunca misturou as suas funções na direção da escola com o trabalho que faz aqui nesta Assembleia. O que sabe é que na escola os encarregados de educação, no início do ano, na matrícula, assinam um documento em que autorizam os seus educandos a aparecer nas fotografias que são do âmbito da escola. Por isso é que colocou a questão se a Câmara tinha esse documento quando publicava esse tipo de fotografias. -----

A deputada municipal **Ana Patrícia Tapado Alves** usou da palavra para dizer que não percebe porque é que a medida do apoio continua por implementar pois, se bem se lembra, o acordo foi assinado nesta Assembleia em 2022 e estamos em 2024. Entende que, se calhar, a proposta aqui consistiria em pagar as duas tranches de uma só vez visto que não foi paga a primeira tranche em tempo útil, mas deixou ao cuidado e à consideração do Executivo. Relativamente aos documentos, referiu que já pediu mais do que uma vez grande parte dos documentos e alguns deles são entregues, outros são entregues parcialmente, por isso gostaria que os serviços pudessem ter esse cuidado de juntar tudo. Há documentos que são cópias e que demoram um minuto a tirar do sistema, não se justifica que demore mais de meio ano. Relativamente aos documentos, tiveram finalmente acesso ao contrato de recolha de efluentes, não pelo Executivo, pelo menos não à Assembleia Municipal, mas chegou em reunião de Câmara e foi gentilmente disponibilizado pelos senhores Vereadores. Relembrou que na última sessão confrontou o senhor Presidente com as declarações do senhor deputado do CDS, Fernando Silva, palavras que importa recordar pois o senhor Presidente concordou com elas nessa mesma reunião. Considera grave terem sido aqui prestadas informações falsas, à luz do documento que lhes foi entregue, mas é pior quando quem está no lugar de Presidente de Autarquia concorda com estas mesmas declarações. Aqui foi dito pelo senhor deputado o seguinte que passou a ler: «A 27 de novembro foi celebrado contrato entre o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

município de Mondim do Basto e as então Águas do Ave. Nesse contrato, as Águas do Ave seriam responsáveis pela gestão em alta e em baixa em todo o concelho. Não consta do contrato este compromisso. A Câmara entregaria um conjunto de infraestruturas (referiu-se em particular à Etar de Mondim e à fossa séptica coletiva de Atei) e que, em contrapartida, a Águas do Ave teria de investir 15 milhões em todo o concelho em redes de drenagem e minis etar's. Na realidade, o documento só refere à Etar de Mondim e não se vê um euro de investimento nas obrigações da Águas do Ave, um metro de rede ou uma mini Etar. Referiu ainda a construção de uma nova Etar na Freguesia de Mondim, sendo que apenas refere que a Etar de Mondim seria desativada após a entrada em funcionamento a construir que, como se sabe, foi construída em Britelo. Continuava que a implementação do protocolo ficava condicionada à resolução pelas Águas do Ave do problema de infiltrações de águas pluviais na rede existente que, enquanto não fosse resolvido, o município não procederia à entrega». Dirigindo-se ao deputado Fernando Silva, a deputada esclareceu que o contrato diz exatamente o contrário na sua quarta clausula e passou a ler: «o município é responsável pela manutenção, conservação e reparação das condutas do seu sistema municipal, ou seja, a rede em baixa que ficará sob a nossa responsabilidade. O município criará as condições para garantir a conclusão do seu sistema e reparação do existente, de modo a permitir a eficiente integração do seu sistema no sistema das Águas do Ave». Ou seja, este contrato obrigava o município a terminar a cobertura do concelho com rede de saneamento e a assegurar que o fazia sem permeabilizações. Acrescentou que a data da assinatura do contrato que o senhor deputado aqui trouxe faz crer que estamos a falar do mesmo contrato mas, claramente, o conteúdo não tem nada a ver. Mas considera mais grave ainda é que o senhor Presidente concordou com estas palavras pois na reunião de setembro o senhor Presidente referiu que de 2006 a 2018 não foi concretizada a integração da Etar de Mondim de Basto ou qualquer ação de investimento tal como vinha referido no contrato de 2006. Ora visto que o contrato não se refere a qualquer obrigação de investimento para a Águas do Ave questionou a que se referia afinal o senhor Presidente da Câmara. -----

O deputado municipal **Fernando Avelino Oliveira Silva** referiu que não iria responder nem rebater o que a senhora deputada disse, nem estava muito ciente dos contratos que estavam em causa naquele momento. Aquilo que se recorda é de ter abordado um contrato que foi celebrado então pelo senhor Fernando Pinto Moura, Presidente na época, em que ele recusou entregar às Águas de Portugal porque queria entregar em alta e em baixa.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Posteriormente houve outras alterações, que agora não pode recordar se houve ou não houve alterações. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para recordar a senhora deputada Ana Patrícia que aprovou o Regulamento e que nele diz explicitamente como é que será a forma de pagamento. Portanto, se aprovou o Regulamento está ciente daquilo que ele transcreve e transcreve efetivamente aquilo que o Executivo vai concretizar. Acha que não deve querer agora ir contra o Regulamento que aprovou. Relativamente a intervenção do deputado Carlos Macedo, referiu que os eventos públicos não exigem que haja essa autorização pois são eventos públicos e, portanto, se não se estava a referir aos estudantes da escola, confessou que em eventos públicos não via essa necessidade da autorização. Relativamente à intervenção da deputada Ana Patrícia considera que, no mínimo, é deselegante vir fazer uma intervenção onde coloca em causa intervenções de outros deputados nesta Assembleia. Acrescentou que referiu também que o Presidente da Câmara concordou e, da sua declaração, também não viu em que é que o Presidente da Câmara concordou. Portanto, confessou que ficou com essa dúvida, mas que se a senhora deputada quiser um esclarecimento mais cabal, faça-o chegar por escrito e, com a consulta de documentos, quer o Executivo, quer o senhor Presidente da Assembleia, estarão também em condições de poder dar esse esclarecimento com o conhecimento e com a documentação também à sua disposição. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Humberto da Costa Cerqueira**, usou da palavra para dizer ao senhor Presidente da Câmara, e não querendo ser deselegante, que não lhe parece que a intervenção da senhora deputada tenha revestido qualquer deselegância. Fez aquilo que é normal uma deputada fazer, como qualquer outro deputado pode fazer, com a informação, e confrontar: é a função e é o papel da Assembleia Municipal. Não lhe parece e fará essa defesa em relação a qualquer deputado e a qualquer deputada de outro partido pois é neste local que as questões e as dúvidas devem ser colocadas. A forma como foi obtida a informação foi clara e foi transparente e a senhora deputada disse exatamente como é que obteve essa informação. -----

A deputada municipal **Ana Patrícia Tapado Alves** usou da palavra para referir que, se calhar, têm definições diferentes do que é deselegante, mas acha que não faltou ao respeito a ninguém e, se o fez, o senhor deputado estará na pessoa de se autodefender, se assim foi o caso. Relativamente ao apoio à natalidade, reafirmou que foi aprovado em 2022 e o que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

aprovaram foi que seria para pagar em 2023 e 2024. Questionou o porquê de não o ter feito. Esclareceu que o facto de não ter sido pago em tempo útil se deve apenas, exclusivamente, ao Executivo. Relativamente à última reunião e sobre o contrato de que falou, referiu que o senhor Vereador Paulo Mota tinha aqui o contrato e que se o senhor Presidente quisesse podia ter acesso a ele visto que referiu que não tinha o documento consigo para comprovar, foi neste sentido a discussão. Acrescentou que também não tinha o documento, já dispõe dele e consegue ler e esclarecer que não havia nenhum compromisso por parte da Águas do Ave. Começam a ser algumas inverdades, para não usar outra palavra, que são aqui prestadas nesta Assembleia. O PSD, neste caso o Executivo, gosta de acusar o PS de mentir. Quando pedimos os documentos, afinal nessa altura ficamos a saber quem é que presta as falsas declarações. Foi só nesse sentido que voltou a este assunto. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dizer que desafiava a senhora deputada a vir dizer qual foi a inverdade que o Executivo prestou em qualquer declaração. -----

A deputada municipal **Ana Patrícia Tapado Alves** usou da palavra para referir que o Executivo, na posse da documentação, neste caso do contrato, concordou com tudo o que o senhor deputado do CDS disse. Portanto, se o Executivo estava na posse desses documentos, se sabia daquilo que estávamos a falar, acusou o PS, num documento que até era político e partidário, de que foi o memorando. Se o Executivo subscreveu as palavras do senhor deputado é porque concordou. É mentira. Portanto, acho que está esclarecido qual é que foi a inverdade que o senhor Presidente, neste caso representando o Executivo, disse. -

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dizer que desafiava a senhora deputada a vir dizer onde é que o Executivo concordou e onde é que subscreveu as declarações do senhor deputado numa próxima reunião para terminarem este assunto. -----

### 1.2- Correspondência recebida e enviada pela Assembleia Municipal -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Humberto da Costa Cerqueira**, usou da palavra para dizer que relativamente à correspondência recebida tinha chegado uma carta da Associação Nacional das Assembleias Municipais que queria partilhar. Este ano comemoram-se os 50 anos do 25 de Abril e a ANAM vem dizer que disponibiliza também apoio para a organização de algumas iniciativas que celebrem essa importante data. Naturalmente que teremos oportunidade de partilhar essa questão para que este ano essa



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

celebração do 25 de Abril seja também uma celebração digna, como tem sido, mas naturalmente reforçada por essa data dos 50 anos do 25 de Abril. Temos recebido alguns convites para estar presentes, quer do executivo, quer também de algumas associações. Amanhã haverá o Centenário dos Bombeiros tendo chegado o convite e onde estará presente. Aproveitou para agradecer a estima e a consideração que a direção dos Bombeiros teve para com a Assembleia Municipal. Outras instituições não têm feito, até em datas importantes, chegar esse convite à Assembleia. Acha que quem se diminui e quem se desprestigia perante a comunidade não é quem não está presente nessas iniciativas, porque para casamentos e batizados só vão os convidados, mas é quem deveria ter o dever de convidar o Presidente da Assembleia Municipal, ou o seu substituto, e não o faz. -----

### **2. Ordem do dia: -----**

#### **2.1- Aprovação da ata da reunião de 22 de setembro de 2023 -----**

Não havendo intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação da ata da reunião de 22 de setembro 2023 que foi aprovada por unanimidade dos presentes (não votaram os membros que não estiveram na sessão).**

#### **2.2- Aprovação da ata da reunião de 15 de dezembro de 2023 -----**

Não havendo intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação da ata da reunião de 15 de dezembro de 2023 que foi aprovada por unanimidade dos presentes (não votaram os membros que não estiveram na sessão).**

#### **2.3- Aprovação da 1ª Revisão ao Orçamento de 2024 -----**

O Presidente da Junta de Freguesia de Atei, **Joaquim Agostinho da Mota Pereira**, usou da palavra para dizer que após análise do documento, verifica que deixaram de fora a Freguesia de Atei no que diz respeito à construção de uma casa mortuária. Qual a razão e motivo do senhor Presidente? Também questionou se já há projeto para a obra do Centro da Praça e para quando está previsto o arranque da obra. -----

O deputado municipal **Fernando Avelino Oliveira Silva** referiu que só tinha uma consideração a fazer relativamente à revisão ao orçamento. Nós sabemos que esta revisão é para incorporar o saldo anterior mas, nesta alteração orçamental, contrariamente aos anos anteriores, o saldo que transitou do ano anterior pode ser agora, neste momento, neste ano, dividido em 50% para despesas de capital e 50% para despesas correntes. Nos anos anteriores, todo esse valor era incorporado em despesas de capital para obras. Tal só foi possível pelo regime do Orçamento de Estado aprovado e permitido a todas as autarquias.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Ainda assim, e mesmo sendo autorizada esta fórmula, questionou: por que razão teve a Câmara necessidade de incorporar 50% em despesas correntes? Por sua vez, aquando da elaboração do orçamento já estavam previstas e naturalmente conhecidas as despesas que iriam existir no ano 2024. Portanto, aconteceu algo para que houvesse necessidade de recorrer ao aproveitamento deste regime de excecionalidade? Suscita lhe uma dúvida. Se tal não fosse permitido, como iriam ultrapassar esta necessidade de reforço nas despesas correntes? Surgiu mais despesa imprevista? -----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que nesta revisão é feito o reforço na rubrica para aquisição de terrenos, que se justifica aqui em dois fatores. O primeiro são os terrenos para a instalação da Zona Industrial de Atei. Gostava de saber onde é que vão ser adquiridos os terrenos, isto é, onde é que vai ser instalada a Zona Industrial. O segundo fator tem que ver com os terrenos para valorização das zonas ribeirinhas. Já foi referido em reunião de Câmara que foi assumida uma receita de aproximadamente 3 milhões, usando de uma norma legal, é certo, mas num procedimento que não é habitual. Em regra só se integrava a receita com documento que a comprometesse. O documento que atualmente dá cobertura a esta receita atribui dinheiro a dois projetos, sendo o beneficiário final atualmente a Agência Portuguesa do Ambiente. Mesmo assim, e é isso que importa, o Orçamento tem uma rubrica própria com receita e despesa para estes projetos. Por que motivo vai a autarquia assumir através dos recursos próprios esta aquisição. Vai ou não ser financiada a aquisição? -----

O deputado municipal José **Ricardo Brás de Oliveira** iniciou a sua intervenção dizendo que o PSD congratulava o Executivo Municipal pela boa gestão da autarquia, que se comprova pela incorporação de 4,1 Milhões de Euros de saldo de gerência no Orçamento. Este saldo de gerência representa rigor, critério e boa gestão do Orçamento Municipal. As gorduras, os excessos, a má gestão parecem só existir na retórica agressiva do PS de Mondim de Basto. A inclusão do presente saldo de gerência vem reforçar um conjunto de rubricas orçamentais, concretizando as opções políticas do atual Executivo. Destacam o apoio às IPSS's e Associações do concelho com a afetação de uma verba adicional de mais de 250.000 Euros. Será atribuído um apoio importante para os Bombeiros Voluntários de Mondim de Basto, ASAD e Santa Casa da Misericórdia, associações com um papel importantíssimo na nossa comunidade. O Executivo também já aprovou, no final do ano passado, um apoio de meio milhão de euros para a construção da ERPI de Vilarinho. Nesta revisão orçamental



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

está previsto o reforço dos montantes de apoios sociais às famílias mondinenses, onde se inclui o Programa de Incentivo à Natalidade, o Apoio Complementar à Criança, o Apoio aos Alunos do 1º ciclo para aquisição de material escolar, a aquisição de medicamentos, o Transporte Social Médico, o Transporte de Alunos Universitários, entre outros, que totalizam cerca de 200.000 Euros. Destaca-se ainda o reforço das rúbricas das vias municipais e da melhoria da rede de abastecimento de água que servirá para melhorar e requalificar a rede viária, que se encontra num estado muito deficitário, e para a melhoria do abastecimento público de água. Esta primeira revisão orçamental também servirá para dotar a requalificação das envolventes das igrejas e construção de casas mortuárias nas freguesias de Ermelo, Bilhó, Vilar de Ferreiros e Paradança, um investimento para estas quatro freguesias que rondará um milhão de euros. Estas intervenções permitirão transformar o coração destas freguesias. Parabenizam o atual executivo por projetar o futuro e por incluir, desde já, uma verba para aquisição de terrenos que permitirá ao município estar preparado para adquirir terrenos para as futuras Áreas de Acolhimento Industrial na Freguesia de Atei e investimentos na valorização das margens dos nossos rios. Alertam, uma vez mais, para os processos judiciais herdados do anterior executivo, que já implicaram pagamentos de indemnizações avultadas superiores a 100.000 Euros, sendo que os processos em curso carecem de provisões reforçadas em mais de 400.000 Euros, para fazer face às putativas indemnizações a pagar no corrente ano de 2024. Por fim, reforçar a confiança que a bancada do PSD tem no Executivo Municipal. O atual Executivo sempre projetou o seu programa político para uma década, mas começam já a ver o resultado da sua ação política. Querem e desejam Mondim Mais Verde, Mais Solidário, Mais Atrativo. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para, relativamente à intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atei, dizer que está de facto previsto um investimento na sua freguesia, nomeadamente as zonas de acolhimento empresarial. Portanto, sim, a freguesia de Atei não está esquecida nesta revisão, nem no orçamento, além de todas as medidas, em que obviamente todos os ateienses também beneficiarão. Relativamente à reabilitação da Praça, o projeto ainda não está feito, mas é uma intenção e reforçou aqui também a intenção de poderem avançar com essa obra. Relativamente ainda, e respondendo agora de uma forma mais objetiva ao deputado Carlos Macedo sobre as áreas de atendimento empresarial, referiu que no plano eleitoral do PSD estavam já identificados dois locais para esta possível implementação. Temos estado



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

efetivamente a verificar a possibilidade de concretizarmos essa medida, iremos proceder também já ao levantamento topográfico e, no momento em que se verificar que haja condições, obviamente também teremos que falar com os proprietários dos terrenos, e julga que uns até são da propriedade da Junta da Freguesia, outros são terrenos privados, terão que haver as devidas compensações. Sobre o projeto das zonas ribeirinhas, muito provavelmente será necessário recorrer também à aquisição de terrenos, tendo em conta que grande parte deste projeto está em terreno privado. Portanto, avançando com os projetos, teremos efetivamente que ter este custo associado. Relativamente à intervenção do deputado Fernando Silva, referiu que se trata de uma opção de estratégia, de gestão, e, portanto, acha que os deve orgulhar a todos o facto de as contas do município serem saudáveis. Não sabem, em termos de receita ajustada no próximo ano, como é que pode ser, se haverá algum corte ou não. De qualquer forma, estão também preparados para aquilo que possa ser. Crê que é de saudar, acima de tudo, o valor do saldo de gerência e o facto de as contas do município estarem de boa saúde e que essa saúde também permaneça, não só neste orçamento, mas que não estejamos a hipotecar também orçamentos futuros. Relativamente à intervenção do deputado José Brás que acabou por identificar aqui um conjunto de medidas que esta introdução do saldo de gerência irá implementar e que irá também contribuir para o seu exercício autárquico, naquilo que é o investimento das diversas freguesias, no importante apoio também social que estará aqui previsto, que será uma ferramenta crucial para poderem concluir os compromissos que têm com as freguesias, mas, acima de tudo, com os Mondinenses. Acha que isso aqui é o mais importante, é perceberem que estão a conseguir cumprir com o seu objetivo que é promover um concelho, como já foi aqui referido, mais solidário, mais verde e mais atrativo. -----

O deputado municipal **Fernando Avelino Oliveira Silva** para referir que na sua intervenção de alguma forma saúda, como todos saúdam, as contas saudáveis e os investimentos que a Câmara faz. Não é isso que está em causa, os 4 milhões são sempre bem-vindos. A única situação que colocou e questionou foi o facto de, neste ano, ter havido a possibilidade de poder desdobrar 50% para despesas capital e 50% para despesas correntes. O que questiona, de alguma forma, é, se não houvesse essa possibilidade, não teria havido a possibilidade de colocar os 50% em despesas correntes. Havia necessidade disso? Porque senão podiam ter endossado tudo para despesas de capital, o que permite naturalmente fazer



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

obras. Portanto, era só se era mesmo necessário fazê-lo. O mecanismo permite fazê-lo, fizeram-no legalmente. A única situação é se tal era mesmo necessário. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Atei, **Joaquim Agostinho da Mota Pereira**, usou da palavra para dizer que não disse que se esqueceram de Atei, pelo contrário até irá votar favoravelmente à revisão, mas esqueceram-se da Casa Mortuária e gostava de saber o porquê.

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que o senhor Presidente não respondeu nada àquilo que perguntou pois o que pretendia saber é onde é que estão a pensar implementar a Zona Industrial de Atei. E a questão financeira que tem que ver com os 3 milhões para a Zona Ribeirinha o senhor Presidente também não respondeu nada. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dizer ao senhor deputado Carlos Macedo que respondeu mesmo pois referiu que no programa eleitoral do PSD estavam já previstas a criação de duas zonas empresariais, uma nos Carvalhos e outra em Bormela, e portanto serão obviamente essas as localizações que estão efetivamente a estudar. Relativamente à zona Ribeirinha, deu nota de que o valor da candidatura pode não ser suficiente para a aquisição de todos os terrenos provenientes da intervenção e portanto daí a complexidade das intervenções e não sabem efetivamente se conseguirão ou não ter o financiamento para a aquisição de todos os terrenos. Relativamente à questão feita pelo deputado Fernando Silva, de facto sim, é um mecanismo, mas já aquando da apresentação do orçamento se fez referência que seria importante estarem a contar com este saldo de gerência que seria necessário para o cumprimento do orçamento municipal. Deu nota também que com a introdução do saldo de gerência este será o maior orçamento do município, o que traz também maiores desafios, maior responsabilidade mas, acima de tudo, dá aqui uma vontade de continuar a trabalhar em prol da comunidade, das freguesias e de cumprir o seu compromisso com os Mondinenses. Relativamente à casa mortuária de Atei, referiu que de facto não está aqui prevista. Nós temos aqui a difícil missão de fazer uma distribuição dos investimentos em todo o território. A verdade é que a freguesia de Atei beneficiou também, nos últimos anos, de um investimento, nomeadamente ao nível das acessibilidades, que não foi possível realizar noutras freguesias. Referiu que também nunca viu nenhum presidente de outra freguesia a criticar o facto de estarem a investir nas vias de comunicação na freguesia de Atei e não nas suas. Crê que o exercício será mesmo este de solidariedade também entre os presidentes de junta da freguesia e perceber que não se



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

consegue fazer tudo ao mesmo tempo. Acha que também ficará feliz por os seus colegas presidentes de junta poderem ver executada esta obra porque é uma obra importante, não só para as freguesias, para toda a comunidade. -----

Não havendo mais intervenções, **o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Proposta Aprovação da 1ª Revisão ao Orçamento de 2024 que foi aprovada por maioria, com doze votos a favor e nove abstenções.** -----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para fazer a declaração de voto do Partido Socialista no sentido da abstenção começando por referir que o saldo orçamental apurado tem vindo a crescer de ano para ano. Este crescimento é o reflexo e a evidência da redução da taxa de execução do orçamento e plano plurianual por parte do executivo do PSD. Cada ano transita mais dinheiro. Este ano supera os 4 milhões. Porquê? Cada ano tem vindo a ser menor a taxa de execução. De referir que nesta proposta o senhor Presidente justifica a distribuição das verbas por prioridades e objetivos que já tinha anunciado no orçamento. As IPSS's justificaram destaque no orçamento e agora na revisão também são destaque. As vias municipais, com uma dotação bem significativa no orçamento, são destacadas nesta revisão. As supostas indemnizações também. No orçamento eram centenas de milhares de euros quando a tinha dotado com três mil euros. Agora sim, reforça com 400 mil euros. E lá deu para fazer o habitual discurso do coitadinho - duas vezes. É uma prática que se reconhece a este Executivo, «o que está bem feito fomos nós, tudo que possa parecer um problema foram os outros», como se fosse possível imputar ao anterior executivo o desfecho na justiça de um conjunto de ações que, de acordo com o Estado de Direito, assiste a quem as decide interpor. O tempo chegará para falarmos sobre os benefícios, ou não, das ações interpostas pelo anterior Executivo e nessa altura exigirão coerência. Saúda-se, pela primeira vez em dois anos e meio de mandato, o reforço das verbas para a água e saneamento. Desconfiam, no entanto, que serão essencialmente para executar o que obrigatoriamente têm que executar e não para melhorar e alargar o serviço. Repete-se o destaque para as casas ou capelas mortuárias. O mesmo sucede com os programas sociais, que mereceram destaque no orçamento e merecem agora na revisão. Tudo isto contribui para uma conclusão simples: a injeção de 4 milhões de euros do orçamento não permite ao Executivo destacar um único investimento novo que mereça destaque. Isso é preocupante e motiva a opção pela abstenção. Dos 4,1 milhões de euros apurados de saldo, 2,44 milhões reforçam a despesa corrente e apenas 1,66 para reforçar a despesa de capital. As gorduras



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

que tanto falava o CDS não param de aumentar. Só as contratações que tanto mereceram a atenção no orçamento são agora reforçadas com mais 700 mil euros. Ainda será justificado pela transferência de competências? Pelo aumento dos salários? As festas de concelho prometem ser, mais uma vez, de arromba. Arromba do orçamento. Superam os 100 mil euros. Idêntico valor para a Feira da Terra. O que dizer da Aldeia Natal, um parque infantil efémero, um mês, para as nossas crianças, que custa 70 mil euros, mas não há 20 mil euros para renovar o parque infantil da Zona Verde, que serve durante todo o ano. Uma vergonha, as fitas apodrecem, substituem-nos por umas novas. Isto vem no seguimento do que têm vindo a alertar. A Câmara passou a dispor de dinheiro como não tinha há anos, tem vindo a aumentar de forma alarmante a despesa corrente, pouco sobra para obras. Consideram que, provavelmente, o maior orçamento da história de um executivo, 22 milhões de euros, resulta em muito pouco para os Mondinenses. -----

### **2.4- Aprovação da autorização prévia destinada a contratação de empréstimo a médio e/ou longo prazo, nos termos do disposto no art.º 51º, n.º 2, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, para “Pavimentações Municipais em Mondim de Basto 2024/2025-**

O deputado municipal **Vitor Fernando de Sousa Costa** usou da palavra para dizer ao senhor Presidente da Câmara Municipal que quando viajam pelas estradas do concelho registam com agrado a recente pavimentação da estrada que liga a aldeia de Bobal ao limite do concelho. Foi um investimento realizado no seu mandato, que, está certo, todos os Mondinenses reconhecem como muito positivo. Constatam, contudo, que outras vias rodoviárias no concelho apresentam um elevado nível de degradação, a necessitar de uma intervenção similar urgente. É importante recordar que este estado de degradação em que se encontram as estradas municipais é, não só, mas também, uma consequência de algum desleixo, desinvestimento e abandono a que foram sujeitas pelo anterior executivo municipal durante 12 anos. É urgente investir na requalificação da rede viária do concelho, melhorando já as principais vias que servem os mondinenses. É mesmo um imperativo! Acrescentou que o grupo municipal do PSD, representado nesta Assembleia, se congratula com a apresentação desta proposta à Assembleia Municipal, que visa requalificar estradas e vias em todo o concelho. É um investimento no tempo certo, é uma medida que vai responder a um dos principais problemas com que se debatem todos os dias os cidadãos. É um investimento que será do agrado de todos os Mondinenses. Este é o momento em que esta proposta faz sentido, todos estão conscientes do enorme esforço que o atual Executivo Municipal



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

despendeu para concluir empreitadas herdadas e que, em alguns casos, nem os terrenos para a sua execução estavam adquiridos. Esta proposta, apresentada a meio do mandato autárquico e não em cima do período eleitoral autárquico, é a prova de que este Executivo trabalha a cada momento e todos os dias para servir sempre e permanentemente todos os Mondinenses sem exceção. É também por isso que felicitava o senhor Presidente da Câmara e todo o seu Executivo pela coragem de apresentarem aos Mondinenses a solução para os seus problemas em tempo útil. É assim que se deve trabalhar, é assim que se deve governar, e tem a certeza que os Mondinenses saberão reconhecer esse esforço e essa competência. --

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer e antecipando aqui já o sentido de voto do Partido Socialista que irá votar favoravelmente este ponto porque consideram que esta sim é uma área problemática a resolver. Contudo, tal como foi referido no ponto anterior, não se entende a necessidade de, com um orçamento de 22 milhões, ainda ter que recorrer a um empréstimo para realizar pavimentações e endividar o município. Esta necessidade resulta certamente de uma má gestão e preocupa-os que para a manutenção de vias, como é o caso de algumas obras, que a Câmara assuma desde já a necessidade de se endividar para o fazer. Isto não augura nada de bom para o futuro do concelho. Relembrou também que só podem pedir este empréstimo porque o PS pagou a dívida que estava em atraso. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Atei, **Joaquim Agostinho da Mota Pereira**, usou da palavra para questionar o senhor Presidente no sentido de saber se nesta empreitada está contemplada a construção de passeios a decorrer na estrada municipal 312, que é de Sobreira de Mondim a Bormela, nos lugares do Cilindro, Centro de Atei e em Bormela, alargamento de algumas curvas e cruzamentos como estava previsto. Questionou se as obras mencionadas neste ponto a fazer em Atei ainda são para concretizar no ano de 2024. -----

O deputado municipal **Fernando Avelino Oliveira Silva** usou da palavra para dizer que todos, ao longo do tempo dos anteriores mandatos, viram o estado calamitoso em que estavam as vias municipais, degradadas, completamente degradadas. Considera que a contratação deste empréstimo, no valor de 2.199.553 euros, em que nuns casos se procede à requalificação de pavimentação e noutros a pavimentações, de uma listagem que lhe parece bastante alargada para o valor em causa, com seis requalificações e duas pavimentações, sendo uma a Estrada Nacional 312 – Mondim/Atei, na sua fase 1, é bastante extensa. Face ao valor em causa de que constam este tipo de intervenções em cada uma das obras,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

questionou qual o seu valor parcial. Considera que seria importante saber, para cada uma delas, qual é o valor que está direcionado. Ninguém nega o estado deplorável da pavimentação da maioria das estradas, sendo sua expectativa que as intervenções não se devam circunscrever a uma mera lavagem. Questionou se não seria mais adequado fazer um estudo global das principais vias de circulação do concelho, nomeadamente Mondim - Atei-Bormela, Mondim -Vilar - Bilhó, onde se prevesse uma intervenção de fundo que incluísse a retificação e alargamento do traçado e uma pavimentação definitiva e profunda em detrimento de pequenas cirurgias que mais cedo ou mais tarde implicam mais investimento, ano após ano. Concordam com elas pois certamente ficaríamos com as principais saídas do concelho com condições de tráfico adequadas aos novos tempos. O seu receio é que estas intervenções sejam feitas e daqui a algum tempo seja necessário fazer novamente mais intervenções e não haja uma intervenção de fundo e definitiva. Este é apenas o seu receio. –

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Humberto da Costa Cerqueira**, pediu ao senhor Primeiro Secretário da Mesa o favor de conduzir temporariamente os trabalhos pois iria usar da palavra enquanto deputado municipal. Iniciou a sua intervenção referindo que a sua intervenção excecional era para responder a uma afirmação que considera muito deselegante e muito pouco correta do senhor deputado Vítor Costa que acusou o anterior executivo, e o anterior executivo tem um rosto, o próprio, de as estradas que estão em mau estado o estarem por abandono e desleixo. As estradas que não foram arrançadas não o foram por falta de dinheiro. E se hoje essas estradas estão a ser recuperadas por esse Executivo, foi porque os socialistas que estiveram 12 anos recuperaram a Câmara financeiramente. Referiu que tinha de lhe dizer isto assim e às pessoas que estão aqui porque chegaram à Câmara com 20 milhões de dívida, sem qualquer capacidade de endividamento, chegámos a ter anos em que tínhamos apenas para investimento 50 ou 100 mil euros, e vocês hoje estão a usufruir da boa gestão financeira, da gestão financeira do PS durante os 12 anos. E é por essa recuperação da capacidade financeira que vocês hoje vão poder recuperar essas estradas. E, portanto, é injusto vir aqui dizer que o anterior executivo não recuperou as estradas, não pavimentou, por desleixo e abandono. Parece que o anterior Presidente da Câmara, e os anteriores vereadores, e já agora os anteriores presidentes de junta, estavam a dormir numa cadeira e não fizeram as intervenções nas estradas. Não fizeram porque não tinham dinheiro para fazer e vocês hoje estão a fazer graças à boa gestão financeira do Partido Socialista e é por isso que vocês estão a fazer essas obras e outras. Estão a beneficiar, ganharam



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

legitimamente as eleições, estão a fazer o que têm a fazer e a gerir um orçamento, mas estão a gerir orçamentos muito mais favoráveis, com muito maior capacidade de investimento, graças a essa boa gestão. E algumas das estradas que vocês inauguraram, lembrou, por exemplo, a estrada da ligação de Atei à Ponta Barca, foi um projeto feito pelo Executivo PS, foi lançado o concurso, e bem, concluíram para benefício das pessoas, é assim que tem que ser, e portanto não há nada de estranho nisto. Um executivo cessa funções, deixa os projetos, deixa dinheiro. O executivo seguinte executa os projetos e inaugura as obras, se for o caso. Agora, o que é estranho, e não podia deixar de vir aqui, é que o senhor deputado acusou injustamente o anterior Presidente e os anteriores vereadores de abandono e desleixo. Isso não é justo e toda a gente que está aqui sabe que isso não aconteceu. Apesar disso recuperámos algumas estradas e não recuperámos todas porque não tínhamos dinheiro para o fazer e foi preciso fazer opções. Terminou dizendo que queria deixar aqui este esclarecimento e, excecionalmente, usar a palavra enquanto deputado, porque esta correção que fez aqui, toda a gente está aqui e sabe que é inteiramente justa e é verdadeira. -----

O deputado municipal **Vitor Fernando de Sousa Costa** usou da palavra para dizer que referiu também, mas não só. Aliás, é uma das coisas que o incomoda profundamente, muitas das vezes, estarem aqui com conversa de retórica, e estão, é verdade, e muitas das vezes aquilo que o deputado Carlos Macedo disse, nós pensamos exatamente o oposto. Porque na verdade tudo o que o PS aqui vem dizer é que tudo o que eles fazem é correto, e tudo o que este executivo faz é incorreto e é mau. E não é verdade também. Crê que se pode entender que estão todos então a defender o mesmo concelho, querem todos o melhor para o mesmo concelho, e provavelmente nesses anos em que o senhor Presidente da Assembleia governou, com as dificuldades que teve, nada a opor, teve outras opções, fez as suas opções, e teve outras, reconstruiu outras estradas, se calhar com um movimento de pessoas muito diferente daquelas que precisavam ser recuperadas. Portanto, foi também uma opção, e não foi só falta de verbas, foi uma opção política, mas decidiram. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Humberto da Costa Cerqueira**, usou da palavra para dizer, com toda a simpatia, que não admitiu que o senhor deputado fizesse a acusação de que as estradas estavam por compor por desleixo e abandono do anterior executivo, e acha que o deputado acabou por reconhecer que o anterior executivo, apesar de tudo, até pavimentou as estradas. Portanto, o assunto está encerrado. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dar alguns esclarecimentos. E porque quem está a assistir, quer aqui, quer lá em casa, não tem a perceção de que estradas é que efetivamente se está a falar referiu que estavam a falar da estrada municipal 312 - fase 1, que é a ligação de Mondim do Basto até à extremidade do concelho. Está-se a falar também da requalificação da pavimentação dos acessos envolventes ao Centro Escolar, a requalificação e pavimentação da Avenida da Igreja, a requalificação e pavimentação da Estrada Municipal 604, o troço de acesso à Aldeia de Campanhó, a requalificação e pavimentação da Rua da Portelinha, troço de acesso à Aldeia de Tevão, a pavimentação da Estrada Municipal, o troço de acesso às Pedreiras e a requalificação da pavimentação da Travessa do Bairro Novo, em Atei, e a requalificação da pavimentação da Rua de Casais, em Bormela. Após esta descrição e para perceberem também o porquê do valor, esclareceu que estas intervenções resultam de um estudo global, houve um levantamento de custos antes de se definir o porquê deste valor. Relativamente à questão colocada pelo senhor Presidente da Junta da Freguesia de Atei para quando, isso vai depender da aprovação dos projetos, da aprovação do empréstimo e da sua execução. É óbvio que, se houver vontade de todos, existe todo o interesse em poder executar estas obras o mais rapidamente possível. Acrescentou que queria dar nota também de mais dois pontos. Em primeiro lugar, que o Executivo, já no atual mandato, reabilitou infraestruturas, portanto estradas, com orçamento municipal. E, portanto, não está só refém desta solução para poder executar obras. No orçamento e na revisão do orçamento está previsto também um valor para a reabilitação de obras. Portanto, não se consegue com este empréstimo resolver todos os problemas de acessibilidade no concelho e será necessário também, com o orçamento próprio, fazer essa reabilitação. Uma vez mais, são opções, como aqui já foi dito, e a opção neste momento é esta, não excluindo a necessidade, que é uma realidade no concelho neste momento, de se proceder a outras reabilitações. E essa necessidade não vai ficar resolvida só com este conjunto de empreitadas, a verdade é que merece também toda a atenção para ser possível dar um contributo para a melhoria das acessibilidades no concelho. Acrescentou que o senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que a obra da Barca foi um projeto do PS, e foi, mas quem a pagou foi o PSD e, portanto, o seu a seu dono. Hoje a obra está à disposição das pessoas. A propósito da oportunidade, referiu que havendo a possibilidade, hoje, de avançarem com esta empreitada, têm que o fazer. Não irá esperar pela última semana, antes das eleições, para andar a alcatroar o concelho. Referiu que afirmou isso na campanha



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

eleitoral e hoje, com esta proposta, comprova aquilo que disse. Havendo a possibilidade, hoje, de avançarem com estas obras, então avançarão e procurarão de facto colocá-las à disposição da população o mais rapidamente possível. E isso é transversal. Temos todos a noção que há um conjunto de projetos que irão ser avançados e que muito provavelmente não serão inaugurados durante o mandato, mas não deixarão de avançar com eles, porque são projetos estruturantes, principalmente aqueles que são feitos em praticamente todas as freguesias. Se são importantes, avançam com eles hoje, tendo a noção e a consciência que poderá não ser o atual Executivo a inaugurar já neste mandato, mas irá inaugurar no mandato seguinte, se os mondinenses assim o entenderem. -----

Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Aprovação da autorização prévia destinada a contratação de empréstimo a médio e/ou longo prazo, nos termos do disposto no art.º 51º, n.º 2, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, para “Pavimentações Municipais em Mondim de Basto 2024/2025 que foi aprovada por maioria, com dezanove votos a favor e duas abstenções.** -----

### **2.5- Informação - Declaração de compromissos plurianuais e declaração de pagamentos e recebimentos em atraso** -----

Sobre este ponto da ordem de trabalho não se registou nenhuma intervenção. -----

### **2.5- Aprovação da nomeação do Revisor Oficial de Contas** -----

O deputado municipal **Fernando Avelino Oliveira Silva** usou da palavra para dizer que é com alguma perplexidade que, ao ler a documentação referente à Sociedade KRESTON, verificou que tal assunto já tinha sido debatido em anterior Assembleia, julga que em setembro, em que já tinham definido a proposta e aceite a proposta por um valor inferior ao que é apresentado agora. Ora, segundo informações fornecidas e lendo os documentos que lhes foram fornecidos, surpreende-o que esta entidade não tenha entregue os documentos de habilitação necessários e prévios para a contratação, de que resultou a caducidade da adjudicação. Face ao exposto, questionou sobre por que razão foi novamente a mesma empresa, que não cumpriu com as suas obrigações no anterior procedimento, convidada a apresentar uma nova proposta e por valores superiores. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dizer que o senhor deputado acabou por fazer uma descrição muito específica e objetiva daquilo que foi o procedimento. De facto, houve a falta da entrega de documentação, portanto, uma falha não imputável ao município e, portanto, com essa não entrega da



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

documentação, o processo foi anulado por caducidade. Portanto, esse é um facto. Relativamente ao processo, e recorda-se também que numa ultima Assembleia o senhor deputado tinha posto em causa o facto de ser um ajuste direto, procedeu-se também a uma consulta prévia para que se pudesse desencadear outro procedimento. E a verdade é que, se numa primeira fase estava previsto o ajuste para um ano, neste caso são para três anos, e daí também o aumento do valor na proposta. Portanto, a justificação tem a ver com o prazo em que o serviço será prestado, que passou de um ano para três anos. -----

Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Aprovação da Proposta da nomeação do Revisor Oficial de Contas que foi aprovada por maioria, com nove votos a favor e doze abstenções.** -----

### **2.7- Aprovação da alteração do Regulamento de Apoio à Natalidade** -----

Não havendo intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Aprovação da alteração do Regulamento de Apoio à Natalidade que foi aprovada por unanimidade.** -----

### **2.8- Informação - Relatório Anual de Avaliação de Atividade da CPCJ no Ano de 2023** -----

Sobre este ponto da ordem de trabalho não se registou nenhuma intervenção. -----

### **2.9- Informação do Executivo** -----

A deputada municipal **Ana Patrícia Tapado Alves** usou da palavra para dizer que as informações do Executivo que têm sido apresentadas têm demonstrado um padrão. Este padrão baseia-se na geografia das empresas que prestam serviços para autarquia. Ribeira de Pena está definitivamente em grande e passou a listar serviços e empreitadas que vinham nesta e na anterior Informação do Executivo cuja sede de empresa é em Ribeira de Pena: Nuno Vigário e Braulio Ferreira, Arquitetura Paisagista, Enicense, 100 Planos - arquitetura, Socorpena, Marinho Guerra – Construções Lda. Note-se que todas estas empresas foram contratadas através de processos simplificados, isto é, ajustes diretos, consultas prévias, algumas apenas com um convidado. A sua pergunta é sobre esta última do Museu, por exemplo, que consta na informação que foi disponibilizada, uma empreitada num valor de 70 mil Euros, foi adjudicada por volta deste valor, num processo de consulta prévia com apenas um concorrente - Marinho Guerra Construções Lda. Qual é que foi o motivo para esta opção? Porque não, com uma consulta prévia com mais concorrentes? Ou porque não, um concurso público? -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

O deputado **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que na última reunião de Câmara falaram sobre a linha de muito alta tensão e o senhor Presidente referiu que a REN continuava a insistir na construção da linha, apesar das ações em tribunal que deram razão à Câmara e atualmente impede a sua construção. E aqui fez um parênteses para voltar a falar sobre os impactos das ações, aquelas que foram interpostas pelo PS, também têm resultados surpreendentes. Conseguiram evitar aquilo que foi unanimemente considerado pelos partidos prejudicial para o concelho. O PSD fez questão até de participar no processo de discussão pública, apresentando os seus argumentos, Ora, tendo o senhor Presidente dito que continuavam a existir contactos e que não fechava a porta a ninguém, e bem, perguntou qual é que é o rumo do atual diálogo? Que iniciativas têm sido levadas a cabo com a REN, com a DGE e com o Governo? E o que espera vir a ser a atitude destas instituições? Ainda podem recorrer das decisões que nos têm sido favoráveis? Qual é a posição da Câmara relativamente a esta matéria? -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dizer à senhora deputada Ana Patrícia que se esqueceu, se calhar, por lapso, de dizer que a Costa e Carreira também está a fazer uma grande obra em Vilarinho e, portanto, também trabalha no nosso concelho, independentemente de ser de Cerva ou de Ribeira de Pena. Deu nota de que não crê que tenha havido qualquer irregularidade. Acha que a senhora deputada fez uma pergunta e respondeu-a: uma empresa concorreu, foi essa que ganhou. Portanto, acha que está mais que evidente o porquê que foi aquela empresa: foi porque concorreu. Para responder ao deputado Carlos Macedo, referiu que não houve nenhuma reunião desde a última Assembleia Municipal até à atual com essa entidade e que a posição do município está vertida no processo judicial que decorre neste momento. -----

A deputada municipal **Ana Patrícia Tapado Alves** usou da palavra para esclarecer a diferença entre concurso público ou ser convidado para fazer a obra. Como disse, e bem, o senhor Presidente da Assembleia, «a casamentos e batizados só vem quem é convidado». Se as outras empresas, inclusive de Mondim, não recebem um convite para poderem analisar a obra e apresentarem a sua proposta, se só convidam uma acaba por ser fácil quem é que vai e quem é que faz. Concurso público é diferente de convidar uma empresa. -----

O deputado municipal **José Ricardo Brás de Oliveira** usou da palavra para dizer que iria fazer um bocadinho de pedagogia. Há várias modalidades nos procedimentos de concurso público: ajustes diretos, consultas prévias até três ou quatro entidades e concursos públicos.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

No caso concreto a que se refere a senhora deputada foram quatro empresas convidadas, duas das quais até foram no concelho. Se a senhora deputada for ao basegov pode constatar essa informação. Acabou por concorrer uma, ganhou uma! Qual é aqui o problema? Referiu que tinha sérias dúvidas das afirmações que a senhora deputada fez que todas aquelas empresas tenham sede em Ribeira de Pena, não estando a dizer que nem todas tenham. Terminou esclarecendo que muitas das vezes em Portugal e aqui no município temos a sensação que um ajuste direto é dar aquele dinheiro àquela empresa. Isso não é verdade. Muitas das vezes, antes de um ajuste direto, pode haver uma consulta prévia a várias entidades, ou seja, pode-se decidir com base no melhor orçamento. Um ajuste direto é uma modalidade da contratação pública, pura e simplesmente isso. Portanto, muitas das vezes quer-se transparecer a ideia de falta de concorrência, o que não é verdade. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Humberto da Costa Cerqueira**, usou da palavra para dizer que de facto a Assembleia Municipal tem um efeito pedagógico e sugeriu que, para que não ficassem dúvidas e se esclarecesse este assunto, uma vez que a senhora deputada colocou um conjunto de dúvidas e parece que o senhor deputado tem esclarecimentos para as dúvidas, na próxima Assembleia o senhor deputado ou os serviços do Executivo trouxessem os esclarecimentos aqui à Assembleia para todos termos conhecimento. Pensa que esta será a melhor forma para não estarmos aqui a noite toda. ----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que, relativamente à linha de muito alta tensão, o que pretendia saber é qual é que é a posição do executivo atual no caso de haver algum recurso, se vai manter o embate em termos jurídicos ou não, ou se vai ficar quieto. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para reafirmar que a posição é aquela que está vertido no processo, sem mais nem menos. --

### **2.10- Intervenção do público** -----

Sobre este ponto da ordem de trabalho não se registou nenhuma intervenção. -----

### **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO.** -----

Tendo terminado as intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou à votação a minuta das deliberações tomadas nesta reunião, tendo sido aprovada por unanimidade.** -----

Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a presente sessão, às vinte e uma horas e quinze minutos, da qual se lavrou a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

presente ata, que depois de lida na sessão de 26 de abril de 2024, e por estar conforme, foi aprovada e vai assinada pelo Senhor Presidente de Assembleia e pela funcionária Emília de Carvalho Gonçalves, designada para o efeito pela Autarquia, que a redigiu, para valer como tal. -----

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_